

ESTADO DA QUESTÃO

— A «FAMÍLIA MEDITERRÂNICA» —
UM TRAJECTO BIBLIOGRÁFICO

ÁLVARO FERREIRA DA SILVA

Faculdade de Economia da U.N.L.

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 3, JUN. 1989

I

A publicação recente de dois livros que se debruçam sobre a família na Espanha mediterrânica ¹ pode servir de pretexto para se tentar esboçar alguns dos contornos da produção historiográfica sobre a família na Península Ibérica. Simultaneamente, reflecte o aumento assinalável do interesse que os estudos históricos sobre a família e a nupcialidade têm despertado no meio académico espanhol. Embora a colectânea *La Familia en la España Mediterránea* seja apresentada como «o primeiro estudo global em profundidade que se publica no nosso país sobre a família na Espanha do Antigo Regime», a publicação de artigos ou a organização de reuniões científicas dedicadas a este tema ², tem vindo a transformar o estudo histórico da família e do casamento num campo com uma cada vez maior difusão na vizinha Espanha. A actividade desenvolvida no Departamento de História da Universidade de Múrcia por Francisco Chacón, que organiza um dos volumes e que participa com dois estudos no outro, é um bom exemplo deste empenho.

Como é habitual em muitas colectâneas deste tipo, os estudos publicados dispersam-se por múltiplos e variados temas, cuja relação com o título que os reúne é a de se considerar o contexto geográfico das análises efectuadas como podendo constituir um denominador comum. Pese embora esta dispersão, os artigos publicados que assumem uma maior vocação englobante, levantam na minha opinião dois problemas essenciais, que constituem um bom programa de estudo ³:

- 1º — a delimitação e as características de uma área cultural denominada «Mediterrâneo ocidental», que seria marcada por condutas distintas face ao casamento e à família, das que se processariam noutras regiões europeias;
- 2º — a importância do grupo doméstico e do parentesco para as sociedades da Península Ibérica mediterrânica.

II

Num ensaio publicado em 1983, Peter Laslett introduz na geografia das formas de organização do grupo doméstico uma área denominada «Europa mediterrânica» ⁴, com características próprias que

a diferenciariam do noroeste e das regiões central e oriental da Europa, complexificando a divisão dual que John Hajnal [1955] tinha esboçado para o padrão de casamento, e que o mesmo Laslett [1977] continuara, ao integrar as variáveis relativas à estrutura familiar com as respeitantes à intensidade e à rapidez com que se processava o casamento. Para tal, vai considerar quatro núcleos de critérios que poderiam servir de princípios taxonómicos para definir a geografia europeia da organização do grupo doméstico. Em primeiro lugar, as **regras de formação do grupo doméstico**. A Europa mediterrânica privilegiaria dois processos de desenvolvimento: a cisão ou a fusão a partir de grupos domésticos já existentes; a ascensão de um núcleo conjugal mais jovem à chefia de um agregado doméstico, integrado num processo de sucessão intergeracional. Como contraponto, nas regiões do noroeste da Europa seria o casamento que representaria o momento central na formação de um novo grupo doméstico, processo de formação neolocal que era considerado como muito raro na Europa mediterrânica ⁵. Por outro lado, o **padrão de casamento** caracterizar-se-ia por distintas idades ao casamento consoante o sexo: casamento precoce para as mulheres e tardio para os homens, dando origem a grandes diferenças de idade entre os cônjuges. Diminuta proporção de homens e mulheres que permaneciam solteiros durante toda a vida e uma igualmente diminuta tendência para viúvos e viúvas voltarem a casar, eram outras das características que diferenciavam as regiões mediterrânicas. Em contrapartida, na Inglaterra, no Norte da França ou nos Países Baixos não se encontravam grandes diferenças de idade entre os noivos, que praticavam em regra um casamento tardio e deixando de fora maiores proporções da população, em simultâneo com uma maior propensão para o recasamento masculino e feminino. Em terceiro lugar, a **composição do grupo doméstico** seria marcada pelo peso dos parentes para além do núcleo conjugal com os seus filhos, pelas elevadas proporções de fogos multigeracionais, múltiplos e *frères* ⁶, e ainda pelo reduzido número de fogos que seriam chefiados por mulheres. Nas regiões europeias do noroeste ressaltaria a nuclearidade da estrutura familiar, com um reduzido número de parentes exteriores à célula conjugal. Por último, existe um outro núcleo de características que presidiam à elaboração da tipologia: as que se referiam às **formas de organização do trabalho e da assistência** ⁷. A proposta de Laslett ganha então contornos ainda mais vagos ⁸, ao tentar caracterizar a área mediterrânica, existindo *items* da sua grelha de leitura que não são preenchidos por falta de informação. De qualquer forma, a ideia transmitida é a de que o grupo doméstico desempenha um papel central como unidade de trabalho e de produção, mas sem o recurso ao recrutamento de

força de trabalho exterior ao próprio grupo de parentesco. Em sintonia com o que referia quanto à estrutura e composição do grupo doméstico, seria a adição de parentes ao grupo doméstico que aumentaria as suas potencialidades produtivas, em detrimento de soluções que privilegiassem o trabalho assalariado — sob as formas de trabalhadores residentes (criados) ou não-residentes (jornaleiros) ⁹.

As características apontadas por Laslett para a organização dos grupos domésticos na Europa mediterrânica têm sido sujeitas a uma apreciação crítica por parte dos estudiosos da família e do casamento na Península Ibérica, reflectida em alguns dos estudos publicados nos dois livros atrás referidos. Por outro lado, também André Burguière [1986a] fizera referência ao modelo de geografia europeia das formas de organização do grupo doméstico proposto por Laslett, assinalando que este se adaptava mal à Península Ibérica ¹⁰.

Em primeiro lugar, é posta em causa a unidade de práticas de casamento e de organização do grupo doméstico, associadas por Laslett à Península Ibérica. A intensidade e a rapidez com que se processava o casamento apresentavam disparidades regionais importantes, desde regiões marcadas por uma precocidade e também uma maior intensidade do casamento feminino, até outras em que o adiamento do casamento e o celibato definitivo eram mais acentuados ¹¹. A intensidade das segundas núpcias de viúvos e viúvas surgia igualmente com níveis comparáveis aos detectados para regiões do Noroeste da Europa. Por outro lado, também as regras de formação e a composição dos grupos domésticos apresentavam padrões regionais distintos, com um predomínio da família nuclear e da neolocalidade no Centro, Sul e Leste da Península, e a presença de formas familiares caracterizadas por uma maior complexidade e por um modelo de família troncal no noroeste da Península ¹².

Contudo, embora seja afirmado que a «unidade do conceito 'família mediterrânica' é bastante discutível» [Chacón, 1987a, p. 24], não é menos verdade que se considera existirem elementos comuns aos territórios do Sul da Europa pertencentes ao Mediterrâneo ocidental: casamento feminino precoce, marcada diferença nas idades entre os cônjuges, grande intensidade do casamento, quando comparados estes aspectos com as regiões do Noroeste da Europa ou com algumas zonas peninsulares ¹³. As práticas de formação neolocal e a estrutura nuclear correspondem igualmente a processos usuais de organização do grupo doméstico na parte mediterrânica da Península, acentuados nos estudos monográficos ou globais que têm sido realizados.

Em segundo lugar, é questionada a validade da relação de interdependência entre regras de formação do grupo doméstico e padrão

de casamento. Para além de outras razões, a constatação de que no caso ibérico um modelo de residência neolocal e de nuclearização do grupo doméstico — característico da parte mediterrânica da Península — se correlacionava regionalmente com um casamento feminino precoce e com diferenças significativas entre a idade dos cônjuges, implicaria uma revisão da associação usualmente apresentada entre os dois feixes de variáveis ¹⁴.

Tudo aponta para uma completa revisão do modelo de «família mediterrânica» proposto por Laslett. Fruto de uma elaboração que procurara adicionar fragmentos de informação sobre a família e o casamento, disponíveis há dez anos sobre o Sul da Europa, comparando-os com o modelo familiar e de nupcialidade observados para Inglaterra ¹⁵, não resiste aos primeiros contributos sistemáticos de análise histórica da nupcialidade e das formas familiares na Península Ibérica. Se a associação entre os dois grupos de variáveis se apresenta com pouca eficácia analítica, pôr em questão a própria validade do modelo taxonómico proposto por Laslett representaria um passo lógico:

‘Qual o sentido de se tentar elaborar uma tipologia de âmbito europeu e finalidade comparativa com base em duas variáveis — a nupcialidade e a estrutura familiar — cuja associação parece ser em *si* contingente? A relação que mantêm entre si nalgumas regiões dependerá de outros factores, não incluídos na tipologia [...]» [Rowland, 1987b, p. 132].

No entanto, a proposta de metodologia para a elaboração de uma geografia europeia das formas de organização dos grupos domésticos, assentava explicitamente na relação entre vários factores, que ultrapassavam as características relativas à composição e criação do grupo doméstico ou à rapidez e intensidade do casamento. Embora, correndo o risco de alguma simplificação grosseira, creio que se podem detectar dois componentes principais na análise da história da população e da família na Inglaterra anterior a 1800, unindo um conjunto variado de contribuições em que se integra o ensaio de Laslett de 1983, e permitindo situá-lo historiograficamente:

- Por um lado, uma revalorização da obra de Malthus e do seu contributo heurístico para a história da população e da família, nomeadamente nos aspectos mais esquecidos da sua análise, respeitantes às relações entre conjuntura económica, rendimento, casamento e fecundidade ¹⁶.

- Por outro lado, o afastamento face a concepções que tentassem a justapôr de forma universal grupo de parentes co-residentes e unidade produtiva, a integrar a lógica de formação e de desenvolvimento dos grupos domésticos apenas em função do acesso a recursos produtivos no quadro estrito da família co-residente¹⁷. Daí a importância de estudos sobre o trabalho dos jovens como criados, como elemento determinante do padrão de casamento e da dinâmica dos grupos domésticos. Ou a abordagem das formas como a pobreza, os momentos de crise da economia das famílias mais pobres ou a velhice eram objecto de tratamento por parte da sociedade¹⁸.

Qualquer dos dois pontos exige a plena integração de condutas de âmbito demográfico e familiar num amplo contexto de práticas sociais. Daí que o quarto núcleo de tendências definidoras da tipologia — formas de organização do trabalho e da assistência — representasse a tentativa de incorporar as relações entre as variáveis de tipo demográfico e as que faziam apelo a indicadores de tipo económico, social ou institucional. Não deixava de constituir um modelo de tipologia basicamente estruturado em torno das propostas de síntese sobre as relações entre nupcialidade e processos de estruturação dos grupos domésticos, e as «society-level variables» — como lhes chamava Peter Laslett [1983, p. 534] — que tinham sido desenvolvidas para explicar a situação inglesa. Operava como uma matriz na organização e estruturação das informações existentes para outras áreas, muito mais escassas na sua amplitude regional e lacunares na abordagem contextual das condutas demográficas e familiares. Por isso mesmo, a geografia europeia da organização dos grupos domésticos assumia não apenas um carácter imperfeito, como a sua elaboração correria o risco de substituir o preenchimento das lacunas existentes por uma dedução lógica que não puzesse em causa os fragmentos de informação histórica existentes. Ora, dependendo as características das relações mantidas entre nupcialidade e processo de desenvolvimento do grupo doméstico da mediação de outros factores económicos, sociais e culturais¹⁹, e encontrando-se minada a possibilidade de estruturar essa interdependência num amplo corpo de evidências empíricas com base em estudos históricos já realizados, o resultado só poderia ser uma caricatura. A criação de uma tipologia das formas de organização do grupo doméstico na Europa mediterrânica baseada num esforço dedutivo em torno de alguns poucos e esparsos exemplos, tenderia a dar origem acima de tudo a um

negativo fotográfico, a uma visão invertida do modelo observável em Inglaterra.

Apresentar a inevitabilidade dos resultados de uma abordagem, meia dúzia de anos volvidos após a sua realização e em diferentes condições da produção de conhecimentos, não é por si só uma tarefa muito gratificante. O móbil é outro e pode corporizar-se na seguinte questão: será a metodologia comparativa esboçada por Laslett ineficaz e estéril ²⁰, lacunar na colocação contextual das condutas demográficas e familiares? A negação, com base nas investigações entretanto realizadas, das características de organização do grupo doméstico na Europa mediterrânica propostas por este autor, não deve necessariamente fazer perder a ambição comparativa, no espaço e no tempo ²¹. O modelo que preside à sua tipologia, nomeadamente a atenção às características denominadas **organização do trabalho e assistência**, surge como um bom instrumento para a formulação quer de hipóteses de trabalho, quer de uma estratégia comparativa ²². Ao tocar os aspectos relacionados com as formas de inserção económica do núcleo de co-residentes na sociedade em análise e os mecanismos socialmente utilizados para a protecção do indivíduo e do grupo doméstico, levanta questões fundamentais para a compreensão intercultural dos modelos de organização dos grupos domésticos e para a determinação das relações existentes entre as variáveis relativas à nupcialidade, formação e composição das unidades familiares. Simultaneamente possibilita a contextualização destas condutas.

Por outro lado, qualquer proposta de regras taxonómicas é um instrumento de trabalho para organizar e simplificar informação. Como tal — e seria dispensável recordá-lo — não substitui a necessidade de compreensão e de explicação dos fenómenos observados pela sua mera arrumação e classificação ²³.

III

Falar em «Europa mediterrânica» no quadro da investigação em ciências sociais é invocar desde logo um conjunto de vocábulos: patrocínio, compadrio, papéis sociais associados à noção de honra. A composição do grupo doméstico, maioritariamente circunscrita ao núcleo conjugal com ou sem filhos, gera algum afastamento face à expectativa de que se encontrassem formas residenciais em que o parentesco tivesse uma maior importância. Por seu turno, a residência neolocal — noutras sociedades associada à independência económica do novo casal — é igualmente uma fonte de aparente perplexidade quando se apresenta como característica das zonas meridionais

da Península. É em torno destes paradoxos que se estrutura o estudo de J. Casey e B. Vincent [1987] sobre a família granadina no século XVIII, que combina a elegância na apresentação do argumento e o carácter incisivo da análise. Conclusão central: a família nuclear depende economicamente de laços de parentesco, amizade e patronato; a própria nuclearidade da composição do grupo doméstico é mera aparência, sem verdadeiro significado sociológico, pois o alto grau de cooperação entre pais e filhos gera «uma espécie de *famille souche* [...], mas sem o conceito de herdeiro único ou de residência fixa»²⁴. Para além de realçar um aspecto fundamental para a história da família — o papel do parentesco como relação social operante —, esta conclusão relaciona-se com os problemas relativos à contextualização do padrão do casamento e do processo de formação dos grupos domésticos atrás abordados.

Um outro estudo publicado na mesma obra apresenta as formas de regulação jurídica das relações familiares na Espanha mediterrânica no período anterior ao século XIX [Gacto, 1987]. A conclusão que, do ponto de vista jurídico, a família era considerada «como um grupo estritamente doméstico» é o aspecto que gostava de realçar. O intuito não é, naturalmente, o de estabelecer um contraponto face ao estudo desenvolvido por Casey e Vincent. As duas esferas de análise não são justaponíveis. Mesmo se o fossem, os aspectos atingidos pela interferência do Estado — fundamentalmente relacionados com o património —, não esgotam o âmbito da potencial intervenção de uma rede mais ampla de parentes do que aqueles que residiam debaixo do mesmo tecto. A própria diferença entre o normativo e a prática seria igualmente algo que desaconselharia qualquer contraposição dos dois estudos.

Todavia, não deixa de ser interessante chamar a atenção para o facto da história da legislação dos reinos ibéricos realçar o afastamento da linhagem ou da parentela do exercício de direitos sobre a propriedade ou do exercício da justiça. São as instituições locais (com base na comunidade de residência ou de profissão) e o Estado (ou entidades que privatizam as suas funções) que passam a estar investidos de poderes de actuação no exterior da escala doméstica, surgindo esta como o lugar primário de socialização, de apropriação e usufruto dos recursos produtivos ou de estabelecimento de relações contratuais. Esta circunscrição ao grupo doméstico do controlo destas funções não é extensiva a outras culturas, em que estas tarefas podem estar adstritas a clãs ou linhagens, entidades supra-domésticas e dotadas de um estatuto «corporativo» ou «quase-corporativo» [Goody, 1972 e 1983; Lesthaeghe, 1980].

À primeira vista este tipo de comparações interculturais nada tem a ver com o problema da maior ou menor importância dos laços de parentesco. Mas tal como a técnica de simulação computadorizada das relações de parentesco, em função de certos parâmetros demográficos, pode apresentar limites plausíveis para o número de parentes potencialmente operantes num determinado momento da vida de um indivíduo ²⁵, também este tipo de comparações permite circunscrever e relativizar as relações entre grupo doméstico e rede de parentesco, num determinado contexto cultural.

Não existem suficientes dados de molde a validar, ou não, a proposta de interpretação apresentada por Casey e Vincent. Ou melhor, aqueles que estão disponíveis, fruto da observação antropológica, revestem-se do mesmo limitado grau de alcance estatístico para medir comportamentos maioritários. A dificuldade em encontrar fontes de informação que permitam um tratamento estatístico, tem feito incidir a análise sobre o papel do parentesco ou na exploração de casos exemplares — que pelo seu reduzido número e inexistência de tratamento sistemático sofrem o defeito da falta de representatividade —, ou na análise da estrutura familiar do grupo co-residente. A presença ou não de parentes no interior do grupo doméstico, exteriores ao círculo conjugal, tem a vantagem da fácil sistematização e análise estatística. Mas trata-se de um arremedo de solução para conhecer a maior ou menor importância do parentesco, pois não existem tarefas e funções que não possam ser desempenhadas por indivíduos aparentados e que mantenham laços de vizinhança. A opção de aceder a esses laços de parentesco entre vizinhos, considerando como tal todos os chefes de família portadores do mesmo apelido, pode ser válida para sociedades marcadas por uma continuidade antroponímica e por regras rígidas de fixação do apelido. Quando tal não acontece, a variabilidade dos apelidos é tal, as suas práticas de transmissão são de tal forma heterogêneas, que transformar em regra de parentesco um apelido igual, apenas pode servir como um expediente muito grosseiro para encontrar laços de parentesco. Mesmo traçando genealogias através do recurso aos registos paroquiais como conhecer quando se esgotaram todas as possíveis relações de parentesco ou saber quais aquelas que estão socialmente activas? A solução para este conjunto de dificuldades parece estar na procura de fontes passíveis de ser tratadas sistematicamente, que dêem informações sobre a importância dos parentes em determinadas ocasiões (oportunidades de emprego, momentos de crise da economia doméstica, doença, morte, etc.) e possam simultaneamente identificar o parentesco (ou não) dos intervenientes. Raramente surgem núcleos documentais com esta qualidade. Como tal, o engenho para a construção de corpos

de informações com base na exploração daquilo que Plakans chama «interaction documents» [1984, p. 37-8], conjuntamente com a tentativa de determinação de eventuais relações de parentesco entre os intervenientes, constitui a solução mais plausível.

Enquanto não existem suficientes informações torna-se, no entanto, possível estabelecer algumas conjecturas sobre prováveis constringimentos à importância social do parentesco, e assim colocar algumas dúvidas à generalização da interpretação presente no artigo de Casey e Vicent.

Em primeiro lugar, a mobilidade geográfica, particularmente forte em meio urbano (como em Granada) ou nas zonas rurais periurbanas, punha em causa a formação generalizada de activas redes de parentes baseadas na vizinhança ou mesmo numa relativa proximidade geográfica. A emigração sazonal ou temporária, com os seus efeitos no reforço da economia doméstica, ou a importância da emigração de famílias inteiras, apontada no artigo de Poussou [1987]²⁶, incidem sobre o grupo de familiares co-residentes e não sobre estruturas mais amplas. Não é de excluir a importância da rede de parentesco como meio de integração social e de transmissão de informações sobre oportunidades para a fixação noutras regiões. No entanto, a mobilidade geográfica, principalmente quando percorria largas distâncias e nas condições de circulação de pessoas e informações, anteriores ao século XIX, não daria presumivelmente azo a que se pudessem estruturar amplos laços de parentesco, mais fortes e operativos do que meios alternativos de integração social na comunidade de acolhimento, de assistência ou de trabalho. Quando essa mobilidade tinha características «circulares», como aquela que se desenrolava no interior do *hinterland* de uma cidade, era possível manter latentes algumas dessas relações, prontas a serem activadas numa situação de crise²⁷.

Em segundo lugar, a eficácia das relações de parentesco podia igualmente estar comprometida em regiões marcadas por uma profunda desigualdade social e económica, com o afastamento de grande parte da população da propriedade fundiária ou de outros recursos geradores de rendimentos. No longo prazo, pela perda de importância da transmissão intergeracional de bens, como meio de acesso a recursos produtivos. No curto prazo, pela inexistência de uma coincidência entre unidade co-residente e unidade produtiva, que permitisse ao grupo doméstico o desempenho de uma função empregadora²⁸. Esta concentração social dos recursos produtivos permite esboçar a hipótese de uma reduzida operacionalidade da invocação do parentesco como forma de aceder a uma participação — mesmo que subordinada — em fontes de rendimento. Uma maior eficácia

residiria em estratégias que passassem por uma superação do círculo estrito do parentesco, através do estabelecimento de laços com os membros das élites locais, que tanto podiam ser de *parentesco fictício* ou clientelares. De igual modo, a assistência nas situações de crise da economia doméstica dificilmente podia ser desempenhada pela família. Instituições de assistência como misericórdias, hospitais ou irmandades, processos informais de ajuda desempenhados por vizinhos ou grandes proprietários, complementavam ou substituíam o auxílio familiar. Esta situação permitia a manutenção de grupos domésticos independentes, mesmo quando não conseguiam angariar eficazmente a sua subsistência. Singularmente, esta transferência para a esfera comunitária de funções que noutras sociedades estão a cargo de grupos extensos de familiares, não deixa de recorrer ao vocabulário do parentesco, para instaurar uma proximidade com os indivíduos detentores de riqueza através da sua participação como padrinhos de baptismo e de casamento ²⁹, ou para designar instituições («Irmandades»).

IV

Concorde-se ou não com a totalidade do argumento de Casey e Vincent e com a utilização do conceito de «família troncal» (*famille-souche*) para designar as relações que detecta entre grupos domésticos, o seu estudo chama a atenção para um aspecto fundamental: a necessidade de não esgotar na descrição dos parentes co-residentes a análise sobre as funções do parentesco. Por outro lado, apresenta, mais uma vez, a importância de tentar contextualizar as formas de co-residência e de formação dos grupos domésticos, evitando a adopção de atributos explicativos universalizantes que se «colariam» a *formas* familiares, como as de família nuclear, família extensa ou família complexa. De forma indirecta, é novamente o problema das relações entre padrão de casamento, grupo doméstico e um amplo conjunto de factores — apresentado na anterior secção — que ressurge. Na proposta de Rowland, a formação neolocal da família na Península Ibérica mediterrânica, na sua relação com uma baixa idade ao casamento por parte das mulheres, é destituída dos atributos que explicam o mesmo tipo de conduta familiar em «regiões caracterizadas por um equilíbrio relativo entre os papéis respectivos de homens e mulheres na economia do agregado doméstico» ³⁰, devido um lugar social da mulher mais introvertido no interior da família e a uma maior responsabilização masculina na viabilização económica do agregado doméstico. De igual modo, também Casey e Vincent incorpo-

ram as formas de residência neolocal e de nuclearização dos grupos domésticos granadinos, num leque mais vasto de relações e condicionamentos económicos e sociais³¹.

Retornemos então ao aspecto anteriormente já apresentado: as condições em que se processa a assistência e a organização do trabalho são factores que permitem estruturar esse esforço de contextualização. As investigações sobre a família e o parentesco na Península Ibérica mediterrânica ou na Europa do Sul ganharão com um esforço comparativo que incorpore essas regras taxonómicas. Não apenas como forma de definir um eventual padrão de casamento ou de estrutura familiar que singularize uma vasta área cultural, mas igualmente como meio para aceder à análise das variações intra-regionais e da especificidade das condutas consoante os diferentes grupos sociais.

NOTAS

¹ *La Familia en la España Mediterránea (siglos XV-XIX) e Familia y Sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglos XV-XIX*. Embora o título da última obra se refira à família no Mediterrâneo ocidental, são os estudos sobre a Espanha que se apresentam como largamente maioritários, apenas existindo três textos analisando um horizonte mais lato do que o Estado espanhol: Poussou [1987], Rowland [1987a] e Delille [1987].

² Num colóquio realizado em Barcelona no ano passado, organizado pela Associação de Demografia Histórica ibérica e pela Associação italiana congénere, a secção dedicada ao estudo da «nupcialidade e família» foi a que registou um maior número de comunicações e em que o debate foi porventura mais participado. Para uma introdução bibliográfica à história da família na Península Ibérica qualquer destas obras constitui uma referência indispensável, com particular realce para Casey *et al.* [1987].

³ Está igualmente presente um outro tema, de particular importância para o estudo da família numa perspectiva histórica: os problemas metodológicos relacionados com a análise da família e do parentesco, nomeadamente a necessidade ou não de considerar o grupo doméstico como unidade de análise. A especificidade e amplitude do tema impedem que ele seja considerado nesta abordagem da bibliografia existente sobre a história da família na Península Ibérica mediterrânica.

⁴ Para a área abrangida por este modelo familiar mediterrânico cf. Laslett, 1983, p. 529.

⁵ A forma de construção da tipologia, marcadamente em torno das características assumidas pela nupcialidade e formas familiares na Inglaterra, no Norte da França ou nos Países Baixos, regiões que contavam com um maior volume de estudos históricos sobre a família no final da década de 70 e início da de 80, torna útil a comparação entre o modelo proposto por Laslett para esta área e o que caracteriza a Europa mediterrânica.

⁶ Por este termo designam-se os grupos domésticos em que um conjunto de irmãos — dos quais pelo menos dois formam núcleos conjugais — vivem na mesma casa.

⁷ O próprio título do ensaio de Laslett que tenho vindo a citar indicia uma preocupação primordial com a tentativa de delimitar as características do grupo doméstico como grupo de trabalho, patente na maior importância que dedica a este problema do que à definição da própria tipologia das várias regiões europeias. Por outro lado, a forma como se incorporam as informações referentes à organização do trabalho e à assistência nos critérios que presidem à organização da tipologia, tem um carácter algo superficial. A dificuldade de integrar a informação deste tipo de variáveis com o conjunto de dados respeitantes à reprodução é, aliás, reconhecida por Laslett [1983, p. 534].

⁸ Convém salientar que por diversas vezes Peter Laslett chama a atenção para o carácter provisório e hipotético que assume a tipologia quando aplicada à zona mediterrânica, nomeadamente à Península Ibérica, tendo em conta a inexistência de estudos sobre a estrutura familiar e a nupcialidade [Laslett, 1983, pp. 530-1].

⁹ É nítida a influência do artigo de Carlo Poni [1977], sobre as relações entre a estrutura familiar e a lógica produtiva das regiões de «mezzadria» da Itália central.

¹⁰ Cf. igualmente Burguière [1986b]. No entanto, omite as fontes de informação sobre a geografia regional das estruturas familiares na Península Ibérica, utilizadas nos seus trabalhos.

¹¹ Rowland, 1987a e 1987b; Chacón, 1987b; Cachinero Sánchez e Soler-Serratos, 1987; Dopico, 1987. Os trabalhos de Robert Rowland têm constituído a abordagem mais profunda e sistemática destes temas.

¹² Rowland, 1984, 1986 1987a e 1987b; Nunes, 1986 e 1987; Chacón, 1987b; Hurtado Martínez, 1987; Martínez Carrión e Fenollos Soriano, 1987. Os trabalhos de antropologia e etnografia tinham já estabelecido algumas informações que salientavam a heterogeneidade regional da estrutura familiar e dos modelos de formação dos grupos domésticos. Para o caso de Espanha, veja-se a visão global apresentada por Lisón-Tolosana [1980]; para Portugal, os trabalhos de Willems [1955], Callier-Boisvert [1968], Cutileiro [1971], O'Neill [1984], Pina-Cabral [1984], Brettel [1986].

¹³ Chacón, 1987a, p. 31-2. Opinião válida para a Península Ibérica, mas discutível para o caso italiano: Barbagli [1987] e, para a síntese da informação antropológica, Davis [1977, pp. 167-176].

¹⁴ Este aspecto está presente praticamente na totalidade dos estudos de Rowland que têm vindo a ser citados. Refira-se como exemplar da sua postura face a taxonomia proposta por Laslett os seus trabalhos de 1987b e 1988.

¹⁵ Para uma genealogia do modelo de família mediterrânica apresentado por Laslett veja-se Rowland [1987a].

¹⁶ A obra de Wrigley e Schofield sobre a evolução da população inglesa é um exemplo desta influência heurística de Malthus [1981]. Cf. igualmente Wrigley [1983a, 1983b e 1986], Smith [1986] e Macfarlane [1986]. Aliás, a percepção demonstrada por Malthus da especificidade do comportamento dos seus contemporâneos face ao casamento e à constituição de família, está igualmente patente em Cantillon, décadas antes, no seu «Essai sur la Nature du Commerce en General». Está naturalmente fora de questão o desenvolvimento destes temas no quadro deste texto.

¹⁷ Este tópico tem naturalmente ressonância na obra de Macfarlane [1978]. Para um tratamento mais incisivo do grupo doméstico como unidade produtiva, nas suas relações quer com a sua lógica de desenvolvimento, quer com os problemas relativos à importância explicativa do modelo de economia camponesa, ao papel da herança e dos mecanismos de atenuação do risco face às famílias destituídas de propriedade, veja-se Smith [1983b].

¹⁸ Sobre o trabalho doméstico: Kussmaul [1981]; sobre os temas relativos à assistência e à pobreza: Wales [1983], Brown [1983] e Smith [1986]. Os problemas levantados pela análise de Malthus sobre a assistência aos pobres são, aliás, abordados de forma bem interessante neste último estudo.

¹⁹ Pressuposto que me parece estar presente nas regras de classificação tipológica de Laslett, a exemplo do que acontecia com a análise das relações existentes entre nupcialidade, residência neolocal e processo de desenvolvimento dos grupos domésticos em Inglaterra no período pré-industrial. Nisso parece-me visível a superação de uma atitude basicamente preocupada com o jogo das variáveis demográficas e relativas à formação e estruturação dos grupos domésticos, presente em anteriores estudos de Laslett [1972 e 1977]. Para uma opinião diferente vejam-se os estudos de Rowland acima citados.

²⁰ A introdução de Francisco Chacón ao livro *La Familia en la España Mediterránea* é um bom exemplo desta postura.

²¹ Como é assinalado por Robert Rowland, mesmo pondo em questão a proposta de Laslett.

²² O que não significa uma aceitação das 33 características, tal como são formuladas por Laslett, mas a admissão dos seus fundamentos metodológicos.

²³ Embora aplicada a outro aspecto veja-se a referência feita por Delille [1987].

²⁴ Casey e Vincent, 1987, p. 192. Cf. igualmente Chacón, 1987b, p. 136. O estudo empreendido por Lineton sobre uma aldeia do Sul da Grécia (cit. em Davis [1977, pp. 174-6]), utiliza um argumento semelhante.

²⁵ Permite igualmente testar o efeito que a alteração do valor de algumas variáveis demográficas, terá no número de parentes disponíveis. Veja-se Laslett [1988] para exemplos de aplicação de técnicas de simulação com este fim.

²⁶ Sobre migrações internas vejam-se igualmente os artigos de Pla Alberola [1987] e Torres Sánchez *et al.* [1987].

²⁷ É o que se detecta no constante vaivém de filhos adolescentes que saem e regressam ao grupo doméstico de procriação, ou no caso das crianças órfãs, das pessoas viúvas e idosas que recorrem a uma família aparentada como local de residência em momento de crise.

²⁸ Naturalmente esta constatação não implica que os problemas relativos à transmissão intergeracional de bens e à análise da família como grupo de trabalho deixem de ser considerados para outros grupos sociais. A existência de um regime de residência neolocal e de repartição igualitária dos bens, conjugada com uma forte propensão ao casamento, implica certamente alguns dilemas na manutenção do estatuto social dos herdeiros e igualmente na viabilidade económica das componentes do património familiar. Contudo, a minha intenção é acima de tudo a de acentuar que o processo de formação e de desenvolvimento dos grupos domésticos não deve ser universalmente vinculado à forma e ao momento em que se processava a transmissão de bens entre gerações.

²⁹ Para além de utilizar o vocabulário do parentesco, a aliança baseada no compadrio é sacralizada.

³⁰ Rowland, 1987b, p. 131. Cf. igualmente Rowland, 1987a e 1988.

³¹ Impedindo, desta forma, a reificação do grupo doméstico como unidade de análise: «A família é um conceito metodológico para compreender a estrutura de uma sociedade, não uma entidade fixa, uma 'coisa'» [Casey e Vincent, 1987, pp. 210-1].

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BARBAGLI, M., 1987, «Sistemi di formazione della famiglia in Italia», *Bol. de la Assoc. de Demografia Historica*, V, n° 2.
- BRETTEL, C., 1986, *Men Who Migrate, Women Who Wait: Population and History in a Portuguese Parish*. Princeton.
- BROWN, W. N., 1983, «The Receipt of Poor Relief and Family Situation: Aldeham Hertfordshire 1630-90», in Smith (org.) [1983].
- BURGUIÈRE, A., 1986a, «Pour une typologie des formes d'organisation domestique de l'Europe moderne (XVIe.-XIXe. siècles)», *Annales ESC*, n° 3, Maio-Junho.
- 1986b, «Les cent et une familles de l'Europe», in Burguière et al., *Histoire de la Famille*, vol. 2, Paris.
- CACHINERO-SANCHEZ, B. e SOLER-SERRATOSA, J., 1987, «Nuptiality and Celibacy in Spain at the End of the Eighteenth Century», comunicação apresentada ao I Cong. Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica.
- CALIER-BOISVERT, C., 1968, «Remarques sur le système de parenté et sur la famille au Portugal», *L'Homme*, VIII, 2, abril-Junho.
- CASEY, J. et al., 1987, *La Familia en la España Mediterránea (siglos XV-XIX)* Barcelona.
- CASEY, J. e VINCENT, B., 1987, «Casa y Familia en la Granada del Antiguo Régimen», in Casey et al. [1987].
- CHACON, F. (org.), 1987, *Familia y Sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglos XV-XIX*. Murcia.
- CHACON, F., 1987a, «La Familia en España: Una Historia por Hacer», in Casey et al. [1987]
- 1987b, «Notas para el Estudio de la Familia en la Región de Murcia durante el Antiguo Régimen», in Casey et al. [1987].
- COLEMAN, D. e SCHOFIELD, R., 1986, *The State of Population Theory. Forward from Malthus*, Oxford.
- CUTILEIRO, J., 1977, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa (1ª ed. inglesa, 1971)
- DAVIS, J., 1977, *People of the Mediterranean*, Londres.
- DELILLE, G., 1987, «La historia de la familia en Italia: trabajos recientes y problemas metodológicos», in Chacón (org) [1987].
- DOPICO, F., 1987, «Nupcialidad y familia en España (siglos XVI-XX)», comunicación apresentada ao I Cong. Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica.
- GACTO, E., 1987, «El grupo familiar de la Edad Moderna en los territorios del Mediterráneo hispánico: una visión jurídica», in Chacón (org.) 1987.
- GOODY, J., 1983, *The Development of the Family and Marriage in Europe*, Cambridge.
- 1972, «The evolution of the family», in Laslett et al. (orgs.) [1972].
- HAJNAL, J., 1955, «European marriage patterns in perspective», in Glass e Eversley (orgs.), 1955.
- 1983, «Two kinds of pre-industrial household formation system», in Wall et al. (orgs.), [1983].
- HURTADO MARTINEZ, J., 1987, «Familia y propiedad: Análisis del hogar y de la estrutura de la propiedad en Lorca (1771)», comunicação apresentada ao I Cong. Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica.
- KUSSMAUL, A., 1981, *Servants in husbandry in early modern England*, Cambridge.
- LASLETT, P. et al. (orgs.), 1972, *Household and Family in the Past Time*, Cambridge.

- LASLETT, P., 1972, «Introduction», in Laslett et al. [1972].
 1977, «Characteristics of the western family considered over time», in, P. Laslett, *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge.
 1983, «Family and household as work and kin group: areas of traditional Europe compared», in Wall (org.), 1983.
 1988, «La parenté en chiffres», *Annales ESC*, Jan.-Fev., n° 1.
 LESTHAEGHE, R., 1980, «On the Social Control of Human Reproduction», *Population and Development Review*, vol. 6, 1980, pp. 527-548.
 LISON-TOLOSANA, C., 1980, *Invitación a la antropología cultural de España*, Madrid
 MACFARLANE, A., 1978, *The Origins of English Individualism. The Family, Property and Social Transition*, Oxford.
 1986, *Marriage and Love in England. Modes of Reproduction 1300-1840*, Oxford.
 MARTINEZ CARRION, J. M. e FENOLLOS SORIANO, C., 1987, «Familia y nupcialidad en el sureste de la Península Ibérica: La Ñora (Murcia), 1850-1929», comunicação apresentada ao I Cong. Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica.
 NUNES, J., 1986, «On Household Composition in Northwestern Portugal: Some Critical Remarks and a Case-Study», *Sociologia Ruralis*, XXVI, 1.
 1987, «Nupcialidade e família em Portugal (séculos XVI-XX), balanço crítico e perspectivas», comunicação apresentada ao I Cong. Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica.
 O'NEILL, B., 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*. Lisboa.
 PINA-CABRAL, J., 1984, «Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural», *Análise Social*, XX, 81-82.
 PLA ALBEROLA, P., 1987, «Las migraciones en el crecimiento del sur del Reino de Valencia durante el siglo XVIII», in Chacón (org.) [1987].
 PLAKANS, A., 1984, *Kinship in the Past*, Oxford.
 POUSSOU, J. P., 1987, «La familia y los movimientos migratorios en Francia», in Casey (org.) [1987].
 ROWLAND, R., 1984, «Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada», *Ler História*, 3.
 1987a, «Matrimonio y Familia en el Mediterráneo Occidental: Algunas Interrogaciones», in Chacón (org.) [1987].
 1987b, «Nupcialidade, Família, Mediterrâneo», *Bol. de la Assoc. Demografia Histórica*, V, n° 2.
 1988, «Sistemas matrimoniales en la Península Iberica (siglos XVI-XIX): una perspectiva regional», in Reher e Perez Moreda, *La Demografia histórica en la Península Iberica*
 SMITH, R. (org.), 1983, *Land, Kinship and Life-cycle*. Cambridge, C.U.P.
 SMITH, R., 1983a, «Some issues concerning families and their property in rural England 1250-1800», in SMITH (org.) [1983].
 1986, «Transfer Incomes, Risk and Security: The Roles of the Family and the Collectivity in Recent Theories of Fertility Change», in Coleman e Schofield (orgs.) [1986].
 TORRES SANCHEZ, R. et al., 1987, «Los movimientos migratorios en Cartagena durante el siglo XVIII», in Chacón (org.) [1987].
 WALES, T., 1983, «Poverty, Poor-Relief and the Life-Cycle: Some Evidence from Seventeenth-century Norfolk», in Smith (org.) [1983].
 WALL, R. et al. (orgs.), 1983, *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge.
 WILLEMS, E., 1955, *A família portuguesa contemporânea*, S. Paulo.
 WRIGLEY, E. A., 1983a, «The Growth of Population in Eighteenth-Century England: a conundrum resolved», in *Past and Present*, n.º 98.

ESTADO DA QUESTÃO

1983b, «Malthus's model of a pre-industrial economy», in Dupâquier *et al.* (orgs.), *Malthus Past and Present*, Londres.

1986, «Elegance and Experience: Malthus at the Bar of History», in Coleman e Schofield (orgs.) [1986].

WRIGLEY e SCHOFIELD, 1981, *The Population History of England. 1541-1871: a Reconstruction*, Londres.